

Município de SAQUAREMA
Órgão: INSTITUTO DE BENEFÍCIOS E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SAQUAREMA
Processo TCE nº 241372-3/2019 - Voto: COMUNICAÇÃO
Órgão: PREFEITURA DE SAQUAREMA
Processo TCE nº 222932-8/2017 - Votos: NOTIFICAÇÃO PARA DEFESA, COMUNICAÇÃO
Município de SEROPÉDICA
Órgão: PREFEITURA DE SEROPÉDICA
Processo TCE nº 203078-0/2020 - Votos: CIÊNCIA AO PLENÁRIO, COMUNICAÇÃO, ARQUIVAMENTO
Município de SILVA JARDIM
Órgão: PREFEITURA DE SILVA JARDIM
Processo TCE nº 222082-8/2020 - Votos: CIÊNCIA AO PLENÁRIO, COMUNICAÇÃO, ARQUIVAMENTO
Município de SUMIDOURO
Órgão: PREFEITURA DE SUMIDOURO
Processo TCE nº 229014-3/2018 - Votos: APLICAÇÃO DE MULTA, COMUNICAÇÃO, CIÊNCIA
Município de TERESÓPOLIS
Órgão: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SERV TERESÓPOLIS
Processo TCE nº 204611-5/2020 - Voto: COMUNICAÇÃO
Processo TCE nº 207384-5/2020 - Voto: COMUNICAÇÃO
Município de TRAJANO DE MORAES
Órgão: PREFEITURA DE TRAJANO DE MORAES
Processo TCE nº 200931-1/2001 - Votos: CIÊNCIA, ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO
Município de VALENÇA
Órgão: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VALENÇA
Processo TCE nº 208697-7/2020 - Voto: COMUNICAÇÃO
Processo TCE nº 201315-2/2020 - Voto: COMUNICAÇÃO
Processo TCE nº 244580-3/2019 - Voto: COMUNICAÇÃO
Processo TCE nº 209387-1/2020 - Voto: COMUNICAÇÃO
Órgão: PREFEITURA DE VALENÇA
Processo TCE nº 213600-1/2020 - Votos: ACOLHIMENTO DA DEFESA, CIÊNCIA AO PLENÁRIO, ARQUIVAMENTO
Município de VASSOURAS
Órgão: PREFEITURA DE VASSOURAS
Processo TCE nº 208348-8/2020 - Votos: ACOLHIMENTO DA DEFESA, CIÊNCIA AO PLENÁRIO, ARQUIVAMENTO
Processo TCE nº 221514-4/2020 - Votos: CIÊNCIA AO PLENÁRIO, CONHECIMENTO, PROCEDÊNCIA, COMUNICAÇÃO, EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO
Município de VOLTA REDONDA
Órgão: CÂMARA DE VOLTA REDONDA
Processo TCE nº 205350-0/2020 - Votos: CIÊNCIA AO PLENÁRIO, COMUNICAÇÃO, ARQUIVAMENTO
Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VOLTA REDONDA
Processo TCE nº 218702-1/2017 - Votos: NÃO ACOLHIMENTO, NOTIFICAÇÃO PARA DEFESA, COMUNICAÇÃO
Processo TCE nº 818570-2/2016 - Votos: NÃO ACOLHIMENTO, NOTIFICAÇÃO PARA DEFESA, COMUNICAÇÃO
Órgão: PREFEITURA DE VOLTA REDONDA
Processo TCE nº 218954-5/2020 - Votos: CIÊNCIA AO PLENÁRIO, COMUNICAÇÃO, ARQUIVAMENTO

Parte 3 - notificações e citações
(Delib. TCE nº 204/96, art 7º, § 2º)

Sessão: 14/09/2020		
NOTIFICAÇÕES		
NOMES DOS RESPONSÁVEIS	PROCESSOS TCE nº	
JOSÉ LUIZ NANJI	103874-6/2015	
ORLANDO LIMA DE SABOYA BARROS	106004-0/2013	
WILSON RISOLIA RODRIGUES	106004-0/2013	
MEIREZES DUARTE LAGOS	205483-8/2019	
JOÃO FERREIRA NETO	205642-4/2018	
MARCO AURÉLIO SAMPAIO LEITE	205642-4/2018	
FABRÍCIO DOS SANTOS BAÍO	209962-7/2020	
ROBERTO BARROSO PILLAR	209981-4/2017	
ANDREA DE SOUSA	213245-8/2017	
MARCELO SANTOS ROSA	213245-8/2017	
SEBASTIÃO VITORINO DE SOUZA	213245-8/2017	
CARLOS AUGUSTO PINHEIRO	213477-0/2007	
JOSÉ ESSIOMAR GOMES DA SILVA	213477-0/2007	
ANAMARIA CARVALHO SCHNEIDER	215495-8/2020	
JORGE LÚCIO FERREIRA MIRANDA	215669-6/2014	
EDUARDO CARDOSO GONÇALVES DA SILVA	219374-1/2014	
VALDELICIA ROSA DA SILVA	219374-1/2014	
CARLOS JOSÉ DA SILVA	220709-1/2015	
ELIDA DA SILVA ALVES	222932-8/2017	
ALESSANDRO ALVES CALAZANS	229244-2/2014	
NOEMI DE OLIVEIRA SOARES	230269-3/2015	
MARIA CRISTINA TORRES LIMA	232854-8/2015	
JORGE LÚCIO FERREIRA MIRANDA	236800-3/2019	
ALESSANDRO ALVES CALAZANS	238601-7/2018	
CAVALCANTI CIA LTDA	238601-7/2018	
EXPRESSO SÃO FRANCISCO LTDA	238601-7/2018	
FARID ABRÃO DAVID	238601-7/2018	
FARID ABRÃO DAVID	238601-7/2018	
AMARILDO HENRIQUE ALCANTARA	238638-0/2018	
ESX RIO DAS OSTRAS TRANSPORTE E TURISMO LTDA. ME	238638-0/2018	
LUIZ CARLOS FERNANDES FRATANI	238638-0/2018	
HOSPITAL ANTÔNIO CASTRO	240230-9/2004	
BRUNO BEZERRA DE MENEZES SOUZA	275758-7/2015	
FUNDAÇÃO CARLOS AUGUSTO BITTENCOURT	275758-7/2015	
MARCIA LYGIA VIEIRA CURY INÁCIO	818570-2/2016	

Sessão: 14/09/2020		
CITAÇÕES		
NOMES DOS RESPONSÁVEIS	PROCESSOS TCE nº	
ARIA DO BRASIL CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA. - ARIA DO BRASIL	102511-1/2016	
ARIA TECHNOLOGIES S/A - ARIA	102511-1/2016	
ASSOC. ESCOLAS SAMBA DA CIDADE DO RIO JANEIRO	102732-9/2017	
AIR MEDIC SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.	103596-2/2013	
JOÃO GILBERTO DA SILVA GUIMARÃES	103596-2/2013	
FERNANDO AVELINO BOESCHENSTEIN VIEIRA	103999-6/2012	
ALEX PAIN DIAS PITOMBEIRA	104287-8/2017	
ANGELA CRISTINA DOS SANTOS PAULA	104287-8/2017	
JOSÉ RIBAMAR COSTA TEIXEIRA	104287-8/2017	
MIRIAM BRUM DA SILVA	104287-8/2017	
BRUNO ALVES BOARETTO	108450-9/2019	
SOCIEDADE EMPRESÁRIA SPIL - SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA LTDA.	109124-1/2015	
MAURÍCIO PASSOS	111232-6/2013	
MARCO ANTONIO DE SOUZA MUNIZ	200013-9/2020	
IVALDO BARBOSA DOS SANTOS	202511-2/2015	
LUIZ FERNANDO SILVA DE MAGALHÃES COUTO	205076-7/2017	
WASHINGTON REIS DE OLIVEIRA	205076-7/2017	
MARCIO SILVA FULY	205253-6/2020	
FÁBIO AUGUSTO VIANA RIBEIRO	214502-7/2015	
GUILHERME LINS GREGALI	220691-8/2015	
RENATO DA SILVA FERNANDES	221103-8/2015	
ELÍSIO PERES DA SILVA	229014-3/2018	
EDILSON PEIXOTO GOMES	238828-8/2019	
ENGETECNICA SERV. CONSTRUÇÕES LTDA.	238828-8/2019	
MARCIO MAURO LEITE DE SOUZA	239995-5/2019	
RAV COMERCIO SERVIÇOS & LOCAÇÕES LTDA.	239995-5/2019	
NEILTON MULIM DA COSTA	241870-7/2010	
MÁRIO REIS ESTEVES	242066-3/2019	
WAGNER DOS SANTOS CARNEIRO	804726-3/2016	
ANSELMO CARVALHO XIMENES	828196-4/2016	

Id: 2277428

ACÓRDÃO Nº 1426/2020

- 1 - PROCESSO: 213477-0/07
- 2 - ASSUNTO: IMPUTAÇÃO DE DÉBITO
- 3 - RESPONSÁVEIS: CARLOS AUGUSTO PINHEIRO e JOSÉ ESSIOMAR GOMES DA SILVA
- 4 - UNIDADE: CÂMARA DE ANGRA DOS REIS
- 5 - RELATOR: Christiano Lacerda Guerren
- 6 - REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO: VITTORIO CONSTANTINO PROVENZA
- 7 - ÓRGÃO DECISÓRIO: PLENÁRIO VIRTUAL
- 8 - ÓRGÃO DE INSTRUÇÃO: 1ª CAC - 1ª COORDENADORIA DE AUDITORIA DE CONTAS
- 9 - ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos referentes à Prestação de Contas do Ordenador de Despesas e do Responsável pela Tesouraria da Câmara Municipal de Angra dos Reis, relativas ao exercício de 2006, sob a responsabilidade do Sr. Carlos Augusto Pinheiro, Presidente, e do Sr. Alexandre de Oliveira Raymundo, Tesoureiro.

Considerando as conclusões apresentadas pelo Corpo Instrutivo e a manifestação do duto Ministério Público Especial;

Considerando que foi apurado dano ao erário municipal, em face da realização de despesas irregulares com pagamentos a título de remuneração;

Considerando que o responsável foi chamado aos autos, sendo aberto o contraditório, assegurando-lhe o direito de ampla defesa;

Considerando que, apesar de devidamente comunicado, o responsável não recolheu o valor relativo ao débito apurado, sob sua responsabilidade;

Considerando, ainda, que a legislação exige que a Imputação de Débito seja formalizada mediante Acórdão,

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reunidos em Sessão Plenária Ordinária,

IMPUTAR DÉBITO ao Sr. José Essiomar Gomes da Silva, Vereador da Câmara Municipal de Angra dos Reis, no exercício de 2006, solidariamente com o Ordenador de Despesas à época, Sr. Carlos Augusto Pinheiro, na quantia equivalente a **5.614,41 vezes o valor da UFIR-RJ**, com base no artigo 23, *caput*, da Lei Complementar nº 63/90, autorizando-se, desde já, a **COBRANÇA JUDICIAL**, caso o presente débito não venha a ser recolhido no prazo legal, observado o procedimento recursal.

10 - ATA Nº: 34

11 - DATA DA SESSÃO: 14/09/2020

MARIANNA MONTEBELLO WILLEMAN - PRESIDENTE
CHRISTIANO LACERDA GUERREN - RELATOR
SÉRGIO PAULO DE ABREU MARTINS TEIXEIRA - REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL

Id: 2277429

ACÓRDÃO Nº 1427/2020

- 1 - PROCESSO: 239995-5/19
- 2 - ASSUNTO: APLICAÇÃO DE MULTA
- 3 - RESPONSÁVEL: MARCIO MAURO LEITE DE SOUZA
- 4 - UNIDADE: PREFEITURA DE MARICÁ
- 5 - RELATOR: Christiano Lacerda Guerren
- 6 - REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO: VITTORIO CONSTANTINO PROVENZA
- 7 - ÓRGÃO DECISÓRIO: PLENÁRIO VIRTUAL
- 8 - ÓRGÃO DE INSTRUÇÃO: 2ª CAM - 2ª COORDENADORIA DE AUDITORIA MUNICIPAL
- 9 - ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos os autos referentes à Tomada de Contas *Ex Offício*, conforme determinado no processo TCE-RJ nº 205.426-0/19, referente ao Relatório de Auditoria Governamental realizada na Prefeitura Municipal de Maricá, entre os dias 25/03 e 12/04/2019, que teve como objetivo a verificação da execução do Contrato nº 40/17, oriundo do Pregão Presencial nº 20/16, celebrado entre o Município de Maricá e a empresa RAV Comércio, Serviços e Locações Ltda. - Me, para a prestação de serviços de locação de veículos.

Considerando as conclusões apresentadas pelo Corpo Instrutivo e a manifestação do duto Ministério Público Especial;

Considerando que o responsável foi Citado, sendo, assim, assegurada sua ampla defesa, conforme o que estabelece o art. 68 da Lei Complementar nº 63/90, por força da decisão maior insculpida no art. 5º, inciso LV da CF 88;

Considerando o não atendimento ao decidido na Sessão Plenária de 14/10/2019, nos autos do Processo TCE-RJ nº 205.426-0/19;

Considerando o exame a que procedeu a Assessoria Técnica do Conselheiro-Relator, que confirmou os fatos apontados pela Instrução;

Considerando, ainda, que a legislação em vigor exige que a aplicação da Multa seja formalizada mediante Acórdão;

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reunidos em Sessão Ordinária:

APLICAR MULTA ao Sr. Marcio Mauro Leite de Souza, Secretário Executivo de Gestão de Governo da Prefeitura Municipal de Maricá, à época dos fatos, no valor equivalente a 3.000 UFIR-RJ, com fulcro no art. 63 c/c o art. 65 da Lei Complementar Estadual nº 63/90, autorizando-se, desde já a **COBRANÇA JUDICIAL**, nos termos da legislação em vigor, caso a presente multa não venha a ser recolhida, no prazo regimental, observando o procedimento recursal.

10 - ATA Nº: 34

11 - DATA DA SESSÃO: 14/09/2020

MARIANNA MONTEBELLO WILLEMAN - PRESIDENTE
CHRISTIANO LACERDA GUERREN - RELATOR
SÉRGIO PAULO DE ABREU MARTINS TEIXEIRA - REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL

Id: 2277430

ACÓRDÃO Nº 1428/2020

- 1 - PROCESSO: 239995-5/19
- 2 - ASSUNTO: APLICAÇÃO DE MULTA
- 3 - RESPONSÁVEL: RAV COMERCIO SERVIÇOS & LOCAÇÕES LTDA.
- 4 - UNIDADE: PREFEITURA DE MARICÁ
- 5 - RELATOR: Christiano Lacerda Guerren
- 6 - REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO: VITTORIO CONSTANTINO PROVENZA
- 7 - ÓRGÃO DECISÓRIO: PLENÁRIO VIRTUAL
- 8 - ÓRGÃO DE INSTRUÇÃO: 2ª CAM - 2ª COORDENADORIA DE AUDITORIA MUNICIPAL
- 9 - ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos os autos referentes à Tomada de Contas *Ex Offício*, conforme determinado no processo TCE-RJ nº 205.426-0/19, referente ao Relatório Auditorial Governamental realizada na Prefeitura Municipal de Maricá, entre os dias 25/03 e 12/04/2019, que teve como objetivo a verificação da execução do Contrato nº 40/17, oriundo do Pregão Presencial nº 20/16, celebrado entre o Município de Maricá e a empresa RAV Comércio, Serviços e Locações Ltda. - Me, para a prestação de serviços de locação de veículos.

Considerando as conclusões apresentadas pelo Corpo Instrutivo e a manifestação do duto Ministério Público Especial;

Considerando que o responsável foi Citado, sendo, assim, assegurada sua ampla defesa, conforme o que estabelece o art. 68 da Lei Complementar nº 63/90, por força da decisão maior insculpida no art. 5º, inciso LV da CF 88;

Considerando o não atendimento ao decidido na Sessão Plenária de 14/10/2019, nos autos do Processo TCE-RJ nº 205.426-0/19;

Considerando o exame a que procedeu a Assessoria Técnica do Conselheiro-Relator, que confirmou os fatos apontados pela Instrução;

Considerando, ainda, que a legislação em vigor exige que a aplicação da Multa seja formalizada mediante Acórdão;

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reunidos em Sessão Ordinária:

APLICAR MULTA à empresa RAV Comércio Serviços & Locações Ltda., na pessoa de seu representante legal, no valor equivalente a 3.000 UFIR-RJ, com fulcro no art. 63 c/c o art. 65 da Lei Complementar Estadual nº 63/90, autorizando-se, desde já a **COBRANÇA JUDICIAL**, nos termos da legislação em vigor, caso a presente multa não venha a ser recolhida, no prazo regimental, observando o procedimento recursal.

10 - ATA Nº: 34

11 - DATA DA SESSÃO: 14/09/2020

MARIANNA MONTEBELLO WILLEMAN - PRESIDENTE
CHRISTIANO LACERDA GUERREN - RELATOR
SÉRGIO PAULO DE ABREU MARTINS TEIXEIRA - REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL

Id: 2277431

ACÓRDÃO Nº 1429/2020

- 1 - PROCESSO: 242066-3/19
- 2 - ASSUNTO: APLICAÇÃO DE MULTA
- 3 - RESPONSÁVEL: MÁRIO REIS ESTEVES
- 4 - UNIDADE: PREFEITURA DE BARRA DO PIRAI
- 5 - RELATOR: Christiano Lacerda Guerren
- 6 - REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO: ALINE PIRES CARVALHO ASSUF
- 7 - ÓRGÃO DECISÓRIO: PLENÁRIO VIRTUAL
- 8 - ÓRGÃO DE INSTRUÇÃO: 2ª CAM - 2ª COORDENADORIA DE AUDITORIA MUNICIPAL
- 9 - ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos referentes ao Relatório de Auditoria Governamental, na modalidade Monitoramento, realizada na Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, tendo por objeto monitorar o cumprimento das determinações proferidas nos autos do Processo TCE-RJ nº 228.342-9/17, que trata de Relatório de Auditoria de Conformidade realizada na mencionada Prefeitura, com vistas a verificar a observância à ordem cronológica de pagamentos, prevista no art. 5º da Lei Federal nº 8.666/1993, em relação aos contratos administrativos celebrados nos exercícios de 2015/2016.

Considerando as conclusões apresentadas pelo Corpo Instrutivo e a manifestação do Ministério Público Especial;

Considerando que o egrégio Plenário desta Corte, ao decidir, em Sessão de 30/03/2020, pela Notificação do Sr. Mário Reis Esteves, assegurou-lhe, naquela fase processual, o exercício do contraditório e da ampla defesa, previsto no inciso LV do artigo 5º da Constituição da República;

Considerando que as razões de defesa apresentadas pelo Sr. Mário Reis Esteves não foram suficientes para elidir a irregularidade a ele imputada;

Considerando que a irregularidade apurada no presente processo sujeita o responsável à penalidade de multa, conforme o disposto no artigo 63, incisos II e IV c/c o artigo 65 da Lei Complementar Estadual nº 63/90;

Considerando, ainda, que a legislação em vigor exige que a Aplicação da Multa seja formalizada mediante Acórdão,

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reunidos em Sessão Ordinária,

APLICAR MULTA no valor equivalente a **5.000 UFIR-RJ**, ao Sr. Mário Reis Esteves, com fulcro no que dispõe os incisos II e IV do artigo 63 c/c o artigo 65 da Lei Complementar Estadual nº 63/90, em face da irregularidade transcrita na parte dispositiva do meu voto, autorizando-se, desde já, a **COBRANÇA JUDICIAL**, nos termos da legislação em vigor, caso a presente multa não venha a ser recolhida no prazo legal, observado o procedimento recursal, bem como a expedição de ofício à Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RJ), para inscrição em dívida ativa.

10 - ATA Nº: 34

11 - DATA DA SESSÃO: 14/09/2020

MARIANNA MONTEBELLO WILLEMAN - PRESIDENTE
CHRISTIANO LACERDA GUERREN - RELATOR
SÉRGIO PAULO DE ABREU MARTINS TEIXEIRA - REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL

Id: 2277432

ACÓRDÃO Nº 1452/2020

- 1 - PROCESSO: 205076-7/17
- 2 - ASSUNTO: APLICAÇÃO DE MULTA
- 3 - RESPONSÁVEL: WASHINGTON REIS DE OLIVEIRA
- 4 - UNIDADE: PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS
- 5 - RELATOR: Marianna Montebello Willeman
- 6 - REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO: ALINE PIRES CARVALHO ASSUF
- 7 - ÓRGÃO DECISÓRIO: PLENÁRIO VIRTUAL
- 8 - ÓRGÃO DE INSTRUÇÃO: 3ª CAM - 3ª COORDENADORIA DE AUDITORIA MUNICIPAL

9 - ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos referentes a Ato de Dispensa de Licitação (processo administrativo nº 50563/17), formalizado em 25/01/2017, pela Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, com fundamento no art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666/93, em favor da Cooperativa Central de Trabalho - COOTRAB, tendo por escopo a contratação direta para prestação de serviços para apoio administrativo, operacional e manutenção predial para as Secretarias Municipais de Educação e de Assistência Social e Direitos Humanos, totalizando o valor de R\$ 3.729.902,68 (três milhões, setecentos e vinte e nove mil, novecentos e dois reais e sessenta e oito centavos), no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

CONSIDERANDO as conclusões apresentadas pelo corpo instrutivo;

CONSIDERANDO o parecer do Ministério Público Especial, elaborado pela Procuradora Aline Pires Carvalho Assuf;

CONSIDERANDO que o Senhor Washington Reis de Oliveira, Prefeito de Duque de Caxias, foi devidamente notificado, viabilizando-se o exercício do contraditório e da ampla defesa, tendo apresentado alegações insuficientes para descaracterizar a irregularidade a ele atribuída;

CONSIDERANDO fato de o gestor não ter se cercado dos devidos cuidados na celebração de contrato, gerando vínculo verbal com sociedade empresária fora das hipóteses previstas na lei;

CONSIDERANDO que a irregularidade em tela sujeita o responsável à penalidade de multa, conforme o disposto no artigo 63, II, da Lei Complementar nº 63/90 - Lei Orgânica deste Tribunal de Contas;

CONSIDERANDO que o artigo 115, IV, b, do Regimento Interno desta Corte de Contas exige a imposição de multa através de acórdão,

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reunidos em Sessão Plenária Ordinária, em

aplicar **MULTA PESSOAL** no valor de 3.000 (três mil) UFIR-RJ, equivalente nesta data a R\$ 10.665,00 (dez mil, seiscentos e sessenta e cinco reais), ao Senhor Washington Reis de Oliveira, Prefeito Municipal de Duque de Caxias, com fulcro no inciso II do art. 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/90, DETERMINANDO-SE, desde logo, a COBRANÇA JUDICIAL, nos termos do art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 267/2016, inclusive com a expedição de ofício, caso a presente multa não venha a ser recolhida no prazo regimental, e a continuidade do processo no que se refere ao aguardo do recolhimento da sanção, observado o procedimento recursal, pelas irregularidades elencadas.

10 - ATA Nº: 34

11 - DATA DA SESSÃO: 14/09/2020

MARIANNA MONTEBELLO WILLEMAN - CONSELHEIRA-RELATORA E PRESIDENTE
SÉRGIO PAULO DE ABREU MARTINS TEIXEIRA - REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL

Id: 2277433

ACÓRDÃO Nº 1453/2020

- 1 - PROCESSO: 205076-7/17
- 2 - ASSUNTO: APLICAÇÃO DE MULTA
- 3 - RESPONSÁVEL: LUIZ FERNANDO SILVA DE MAGALHÃES COUTO
- 4 - UNIDADE: PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS
- 5 - RELATOR: Marianna Montebello Willeman
- 6 - REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO: ALINE PIRES CARVALHO ASSUF
- 7 - ÓRGÃO DECISÓRIO: PLENÁRIO VIRTUAL
- 8 - ÓRGÃO DE INSTRUÇÃO: 3ª CAM - 3ª COORDENADORIA DE AUDITORIA MUNICIPAL
- 9 - ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos referentes a Ato de Dispensa de Licitação (processo administrativo nº 50563/17), formalizado em 25/01/2017, pela Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, com fundamento no art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666/93, em favor da Cooperativa Central de Trabalho - COOTRAB, tendo por escopo a contratação direta para prestação de serviços para apoio administrativo, operacional e manutenção predial para as Secretarias Municipais de Educação e de Assistência Social e Direitos Humanos, totalizando o valor de R\$ 3.729.902,68 (três milhões, setecentos e vinte e nove mil, novecentos e dois reais e sessenta e oito centavos), no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

CONSIDERANDO as conclusões apresentadas pelo corpo instrutivo;

CONSIDERANDO o parecer do Ministério Público Especial, elaborado pela Procuradora Aline Pires Carvalho Assuf;

CONSIDERANDO que o Senhor Luiz Fernando Silva de Magalhães Couto, Secretário de Governo de Duque de Caxias à época, foi devidamente notificado, viabilizando-se o exercício do contraditório e da